MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local

5

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Educação a Distância

Carlos Eduardo dos Santos

Conteudista/s

Camila B. F. Baraldi, (Conteudista, 2020).
Isadora da Silveira Steffens (Coordenadora OIM, 2020).
Marcela Coimbra de Albuquerque, (Coordenadora, 2020).

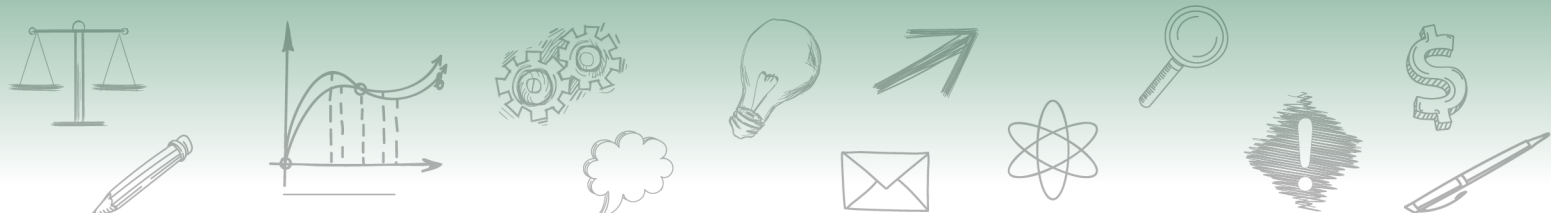
Curso produzido em Brasília 2020.

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.

Enap, 2019

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Sumário

Apresentação..4

Unidade 1 - Parcerias com ONGs...5

Unidade 2 - Parcerias com outros entes federativos...6

Unidade 3 - Parcerias com universidades..7
3.1. Conhecimento para a gestão pública..7
3.2. Revalidação de Diplomas...9
3.3. Migrantes na Universidade..10

4. Parcerias com o Setor Privado..10

Revisando o Módulo...12

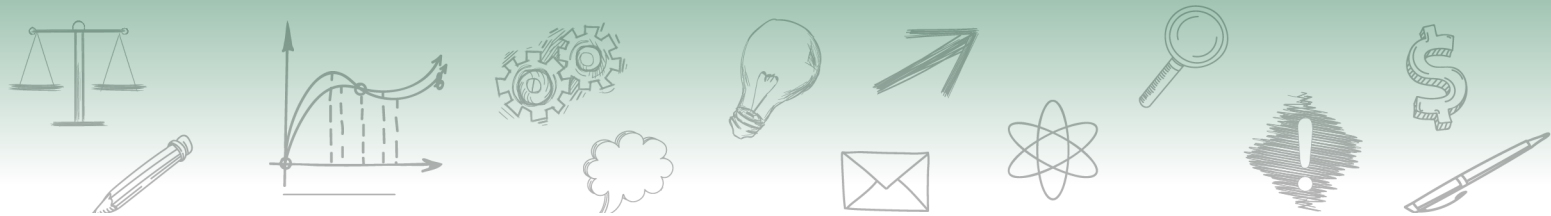
Referências..13

Módulo 5 PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Apresentação

Olá! Continuaremos o nosso conteúdo acerca da Governança Migratória no Brasil com o tema do módulo 5: **Parcerias institucionais**. Aqui você terá as informações para que o gestor público local avalie a existência de parcerias formalizadas ou não-formalizadas para tratar da agenda de migrações e questões relacionadas. Para iniciar, vamos analisar a situação do país nos tempos atuais.

No Brasil contemporâneo, é relativamente nova a atuação dos poderes públicos locais na construção de políticas e ações voltadas aos migrantes. Na história recente, ocupavam-se desse tema organizações da sociedade civil que, ao longo dos anos, acumularam conhecimento e experiência. Com o aumento do número, diversificação de origens e de características dos fluxos migratórios, muitos entes públicos locais identificaram a necessidade de potencializar ações e expandi-las por meio da atuação coordenada. Vamos estudar um pouco mais sobre isso?

O conteúdo está estruturado em quatro unidades:

Unidade 1 - **Parcerias com ONGs**

Unidade 2 - **Parcerias com outros Entes Federativos**

Unidade 3 - **Parcerias com Universidades**
- 3.1 Conhecimento para a gestão pública
- 3.2 Revalidação de Diplomas
- 3.3 Migrantes na Universidade

Unidade 4 - **Parcerias com o Setor Privado**

Unidade 1 - Parcerias com ONGs

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de reconhecer as formas de colaboração das ONGs nas políticas locais.

1.1. Parcerias com ONGs

As Organizações não-governamentais (ONGs) podem trazer importantes contribuições, seja para o desenho das ações e políticas públicas, seja para a execução delas. As associações de migrantes podem colaborar apresentando pontos de vista, reivindicações e sugestões a partir da experiência de trabalho com as comunidades migrantes. Elas também podem atuar como ponte entre o poder público e as comunidades, levando informação e divulgando ações e serviços disponíveis aos migrantes. Elas podem, ainda, executar partes da política pública, aproveitando a experiência acumulada que já possuem.

DESTAQUE

No estado do Rio de Janeiro, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ) é responsável, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por um curso de português para refugiados com professores voluntários. O curso é realizado no Maracanã. Apesar de ser local de fácil acesso, com estação de trem/metrô e muitas linhas de ônibus municipais e intermunicipais, o estádio era uma localização não muito prática para muitos por conta das dificuldades de deslocamento e outros obstáculos, como a falta de opções para deixar os filhos durante as aulas.

Assim, a Coordenação de Migração e Refúgio, da Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos (SEDSDH), percebeu a necessidade de ampliar a oferta do curso de português no território. Ela realizou um levantamento dos locais de maior concentração de moradia de refugiados e migrantes com a colaboração de organizações de migrantes e refugiados, da Secretaria de Estado de Saúde e da CARJ.

Constatadas "manchas" no mapa do estado, uma parceria com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) levou ao cruzamento dos locais do Rio de Janeiro em que havia concentração do público com as unidades da FAETEC dispostas a fornecer o curso.

Foram selecionados para o piloto do curso os municípios de São Gonçalo e de Duque de Caxias. A partir dessa primeira turma, iniciada em outubro de 2018, e do processo de Acordo de Cooperação Técnica entre FAETEC e SEDSDH, estão

sendo desenvolvidos o aperfeiçoamento do curso e a expansão para outros polos. Leia mais sobre o projeto aqui.

O Município de Chapecó estabeleceu fluxos, redes e parcerias para melhor acolher a população migrantes. Veja.

Unidade 2 - Parcerias com outros entes federativos

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de reconhecer as possibilidades de parcerias com outros entes governamentais.

2.1. Parcerias com outros entes federativos

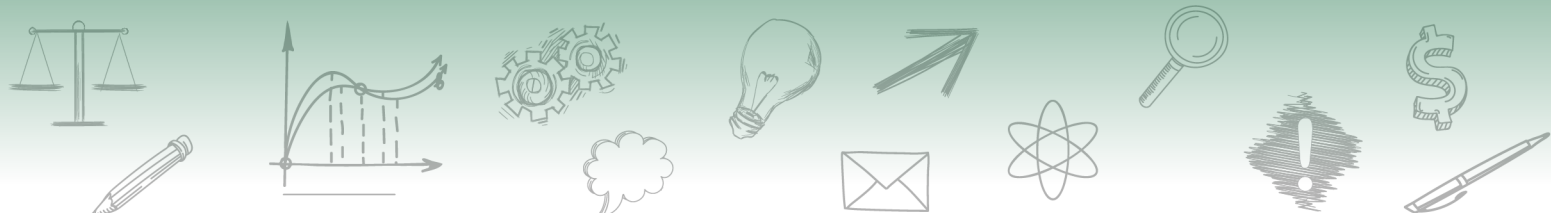
Ações de acolhimento e auxílio aos migrantes podem ganhar ainda maior amplitude e eficácia por meio de parcerias com outros entes federativos (municípios, estados e União). Parcerias com governos do mesmo nível podem promover trocas de experiências e alinhamento de padrões de tratamento.

Parcerias entre níveis diferentes de governo podem ampliar e fortalecer políticas e promover a implementação de ações. Podem, também, aumentar os recursos e a estrutura disponíveis para as ações locais. Nas parcerias com a União, há, ainda, a possibilidade de coordenação das ações no território nacional.

Organismos internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e outros atuantes no tema das migrações, por sua vez, dispõem de amplo conhecimento e experiência que podem ser compartilhados com os entes locais.

DESTAQUE

O programa do Governo Federal de interiorização de venezuelanos e venezuelanas envolve diversas parcerias com municípios que se dispõem a receber os migrantes em seu território. O município precisa expressar seu interesse em participar do programa para receber apoio técnico e de recursos financeiros do governo federal, assumindo o compromisso de estruturar o acolhimento aos migrantes interiorizados durante um determinado período.

O objetivo é a maior coordenação e uma estrutura para a chegada dos

migrantes no território local. A OIM e outras agências do Sistema ONU trabalham em conjunto com o governo brasileiro no programa de interiorização de venezuelanos e venezuelanas. A OIM oferece serviços para garantir que todos os migrantes e refugiados sejam documentados e acessem avaliações de saúde e imunização. Ela participa, também, dos processos de interiorização e oferece apoio à integração nas cidades de destino. Encontre mais detalhes sobre o programa aqui.

Também participam do programa de interiorização o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Governo Federal estabeleceu, também, parcerias com entes locais para a criação de Centros de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), existentes hoje no município de São Paulo e em Florianópolis. Em São Paulo a parceria realizada por convênio foi feita no nível municipal. Em Florianópolis o convênio é estadual, atuando o Governo do Estado de Santa Catarina como parceiro.

Saiba mais sobre o programa de interiorização.

O Município de Igarassu foi um dos destinos de migrantes beneficiários do programa de interiorização.

O estado do Paraná atua na área da migração por meio de um trabalho em rede, que inclui instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e as Defensorias Públicas dos Estados e da União, além de outros atores da sociedade civil e organismos internacionais.

Unidade 3 - Parcerias com universidades

Objetivo

Ao final da unidade, você será capaz de listar as ações de atenção a migrantes realizadas pelas universidades.

3.1. Conhecimento para a gestão pública

As universidades têm se dedicado de forma crescente a estudar as características dos fluxos

migratórios atuais, apontar suas necessidades e identificar lacunas e possibilidades de atuação com as comunidades migrantes. Elas atuam por meio de pesquisas científicas, da promoção de debates e da implementação de projetos pontuais de atenção a migrantes como atividades de extensão.

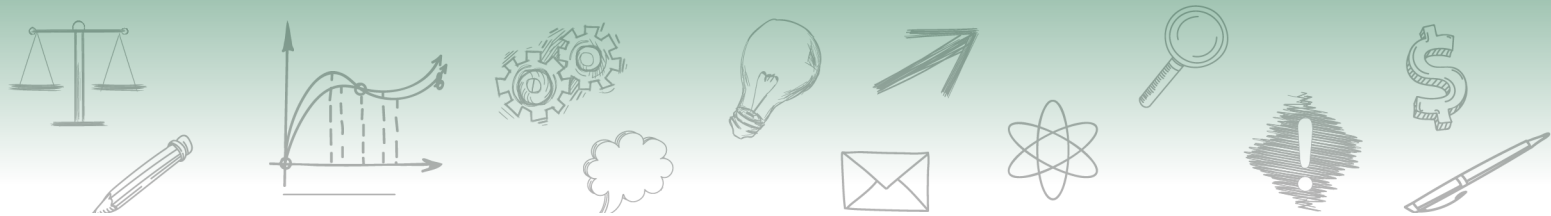
O trabalho na produção de conhecimento por parte das universidades é de grande valor para os gestores públicos. Ele proporciona subsídios relevantes para as tomadas de decisão do governo.

DESTAQUE

Em Foz de Iguaçu, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) se dedicaram à formação de migrantes. Em fevereiro de 2019, foi realizado um curso de formação política para lideranças migrantes de Foz e região, no qual dialogaram, com a Associação de Venezuelanos, o poder público local e as universidades interessadas na temática. Foram envolvidos no processo os migrantes da região, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal Extraordinária de Direitos Humanos, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e o Sindicato dos Empregados do Comércio.

Em Cuiabá, foi elaborada a *Carta de Migração*, a partir da realização do Fórum de Fluxos Migratórios na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Fórum reuniu organismos do governo e da sociedade civil, estudiosos e militantes, além de migrantes de Cuba, Chile, Haiti, Indonésia, Libéria, México, Peru, Senegal, Venezuela, Vietnã, e descendentes brasileiros de migrantes.

Por meio de depoimentos, palestras e debates, o diálogo buscou subsidiar a construção de políticas públicas que considerassem as migrações de maneira inclusiva e justa. Os migrantes desempenharam papel essencial. Igualmente importantes foram a Comissão Direitos Humanos, estudantes e docentes universitários, o Centro Pastoral do Migrantes e os servidores de políticas públicas nos níveis municipal e estadual. A Carta foi adotada como estratégia de sensibilização para o tema da migração, circulou entre servidores públicos e foi divulgada no Blog Direitos Humanos MT. Acesse a postagem aqui.

No município de São Paulo, a Coordenação de Políticas para Migrantes e Trabalho Decente firmou, em 2013, um Acordo de Cooperação com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) para a

realização de um diagnóstico do atendimento aos migrantes nos serviços públicos municipais. O intuito foi subsidiar a formulação da política pública local. Os resultados foram publicados em 2017 no *e-book Imigrantes em São Paulo: Diagnóstico do Atendimento à População Imigrante no Município e Perfil dos Imigrantes Usuários de Serviços Públicos*. Acesse o e-book.

3.2. Revalidação de Diplomas

As universidades públicas federais, estaduais e municipais são as responsáveis pelos processos de revalidação de diplomas de graduação. Esse é um tema central para os migrantes com formação universitária e que desejam exercer a sua profissão no Brasil. São competentes as universidades públicas que oferecem cursos semelhantes ao do diploma a ser revalidado.

Atualmente há um prazo máximo de 180 dias para a análise dos requerimentos. E, caso a universidade tenha aderido, é possível encaminhar o pedido e acompanhá-lo por meio do Portal Carolina Bori. Acesse o portal aqui.

SAIBA MAIS

A Resolução Nº 3 do CNE de 22 de junho de 2016 dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. A Portaria do MEC nº 22 de 13 de dezembro de 2016 dispõe sobre os procedimentos referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

De acordo com a nova regulamentação (Art. 13 §§ 1º e 2º da Portaria Normativa do MEC nº 22 de 13 de dezembro de 2016), documentos em inglês, francês e espanhol serão sempre aceitos sem tradução. Quanto aos demais idiomas, a necessidade de tradução fica a critério da universidade.

É fundamental, para a inclusão social e laboral dos migrantes, negociar com as universidades públicas a expansão das medidas para facilitar todas as etapas do processo de revalidação de diplomas. O procedimento pode envolver a apresentação de documentos inacessíveis aos migrantes, altos custos e exigências de tradução juramentada. É igualmente essencial pensar a estratégia de negociação com base na demanda local e na distribuição das universidades pelo território. As iniciativas legais, no entanto, não atendem a todos os migrantes com formação universitária e que, ao buscar revalidar seus diplomas, se deparam com os altos custos do processo.

Os entes locais podem trabalhar junto às universidades pela extensão desses benefícios a todos os migrantes que estejam em situação vulnerável.

No estado de São Paulo, há uma norma (Lei Estadual 16.685 de 20 de março de 2018) que prevê a isenção do pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no estado que realizem a revalidação nas universidades estaduais. O estado do Rio de Janeiro também possui uma lei no mesmo sentido - a Lei Estadual 8.020 de 29 de junho de 2018.

Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), caso os refugiados não consigam apresentar diplomas e históricos escolares no requerimento de revalidação, poderão demonstrar a sua formação por todos os meios de prova admitidos em Direito. Veja mais neste link.

3.3. Migrantes na Universidade

Algumas universidades destinam vagas específicas para atender a população refugiada, portadores de vistos humanitários e migrantes em situação de vulnerabilidade. São exemplos:

- A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que oferece, desde 2009, no mínimo uma vaga adicional em cada um de seus cursos para refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Saiba mais aqui.
- As Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que incluem refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário. Leia os editais da UFPR e da UFRGS.
- A Universidade Federal de Roraima (UFRR) que, além de refugiados, inclui em seu processo seletivo especial migrantes em situação de vulnerabilidade. Veja aqui.

4. Parcerias com o Setor Privado

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de esclarecer sobre a atuação do governo local em conjunto com o setor privado, em especial na questão laboral.

4.1. Parcerias com o Setor Privado

Considerando a busca de um emprego como um dos principais objetivos e necessidades da

maior parte dos migrantes, parcerias com o setor privado que facilitem e promovam o acesso ao mercado de trabalho podem ser muito benéficas. O setor privado pode oferecer apoio com capacitações profissionais e em outras áreas de atuação.

As parcerias podem ser formalizadas ou não. A formalização pode exigir um tempo maior para efetivação em razão da necessidade de cumprir etapas burocráticas, a exemplo da assinatura de acordos de cooperação técnica. No entanto, uma vez superado esse processo, a parceria se torna mais robusta. Há definição clara de atribuições das partes envolvidas, previsão dos objetivos a serem atingidos e maior garantia de continuidade.

É comum que parcerias iniciadas de maneira informal, uma vez que se mostrem positivas, venham a ser posteriormente formalizadas.

Cabe ao gestor local avaliar o seu cenário de atuação, buscar conhecer os potenciais parceiros para colaborar na construção de estratégia local de atenção aos migrantes, dialogar com eles e procurar construir ações conjuntas mais amplas e efetivas.

DESTAQUE

Em Santa Catarina, o governo buscou formas de ampliar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho. Uma saída foram parcerias com empresas locais. Por conta do conhecimento de idiomas estrangeiros, uma opção foi o emprego de migrantes no setor hoteleiro das cidades turísticas do Estado. Na região onde está a Casa do Migrante, existe um posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que realiza cadastro, monta currículos e faz agendamento para emissão das carteiras de identidade e de trabalho.

Para responder a situações emergenciais, o governo apostou em parcerias locais para ofertar doações de espaços de moradia, bem como alimentos e artigos de higiene. O intuito foi facilitar a saída das famílias dos abrigos.

Em Foz do Iguaçu, a prefeitura pactuou com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) a oferta de cursos com no mínimo uma vaga para migrantes e refugiados, promovendo a capacitação profissional.

Métodos e Ferramentas para Monitorar a Dimensão “Parcerias Institucionais”

Em relação às parcerias, o gestor público deverá:

- Realizar levantamento sobre atores qualificados para parcerias nas ações desenhadas pelo ente local: Associações de migrantes; Organizações da Sociedade Civil (OSCs); organismos internacionais; outros entes federativos; universidades; e setor privado.
- Verificar a viabilidade de formalização das parcerias.
- Avaliar os aportes trazidos pelas diferentes parcerias realizadas.

Revisando o Módulo

Entes públicos locais identificaram a necessidade de potencializar a construção de políticas e de ações voltadas aos migrantes percebendo a importância das parcerias com organizações e instituições que tradicionalmente se ocupam do tema e acumularam experiência na área.

As ***ONGs*** podem contribuir para o desenho e a execução das ações e políticas públicas. As ***associações de migrantes*** podem colaborar com pontos de vista, reivindicações e sugestões, além de atuar como ponte entre o poder público e as comunidades.

Parcerias com outros ***entes federativos*** podem promover trocas de experiências e alinhamento de padrões. Elas podem ampliar e fortalecer políticas, além de promover a implementação de açõe e ampliar recursos e estrutura disponíveis. Por meio das parcerias com a União, é possível coordenar ações em todo o território nacional. ***Organismos internacionais*** e outros atuantes no tema das migrações são parceiros em potencial, que dispõem de amplo conhecimento e experiência.

Universidades são fontes de parcerias interessantes porque oferecem produção de conhecimento, que gera subsídios relevantes para as tomadas de decisão. Elas são as responsáveis pelos processos de revalidação de diplomas de graduação. Acordos para facilitar esse processo fazem grande diferença para os migrantes com formação universitária que desejam exercer a profissão. Universidades também podem destinar vagas para atender a população refugiada, portadores de vistos humanitários e migrantes em situação de vulnerabilidade.

Parcerias com o ***setor privado*** que facilitem e promovam o acesso de migrantes ao mercado de trabalho podem ser produtivas. Alcançar um trabalho que lhes permita o sustento e melhora em sua condição de vida é essencial para a maioria dos migrantes. O setor privado pode oferecer apoio com capacitações profissionais, por exemplo, e em outras áreas de atuação.

Referências

BLOG DIREITOS HUMANOS MT. **Carta de Migração de Mato Grosso.** Disponível em: https://direitoshumanosmt.blogspot.com/p/migracao.html

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Municípios contam com apoio técnico e financeiro federal e estadual para interiorização**. Disponível em: http://gepam.adm.br/cnm-municipios-contam-com-apoio-tecnico-e-financeiro-federal-e-estadual-para-interiorizacao/

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Estadual 16.685 de 20 de março de 2018.** Disponível em: https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/558994401/lei-16685-20-marco-2018-sao-paulo-sp

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Faetec realiza curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Refugiados e Migrantes.** Disponível em: http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/institucional/assessoria-de-comunicacao/noticias/653-faetec-realiza-curso-de-lingua-portuguesa-e-cultura-brasileira-para-refugiados-e-migrantes

KNOBEL, Marcelo. **Ações da UNICAMP para imigrantes refugiados e refugiadas.** In: BAENINGER et. al. (org.). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/UNICAMP, 2018 (2ª ed.). pp. 931-933

SÃO PAULO COSMÓPOLIS (Org.). **Imigrantes em São Paulo: Diagnóstico do Atendimento à População Imigrante no Município e Perfil dos Imigrantes Usuários de Serviços Públicos.** São Paulo: IRI-USP, 2017. 170p. Disponível em: http://143.107.26.205/documentos/eBook%20Cosmopolis.pdf

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Diretoria Acadêmica. Revalidação de Diploma - Graduação**. Disponível em: https://www.dac.unicamp.br/portal/servicos/revalidacao-e-reconhecimento-de-diploma